



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

19/10/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Projeto para venda da Sabesp chega à Alesp sob ameaça de judicialização

Depois de enviar à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) o projeto de lei de privatização da Sabesp, a estatal paulista de saneamento, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) corre contra o tempo para conseguir a adesão da maioria dos parlamentares à medida. Encaminhado à Alesp na noite de terça-feira, o texto tramita em regime de urgência e a expectativa do governador é de que possa ser votado ainda no início de dezembro.

O projeto prevê que a participação do Estado de São Paulo na Sabesp deve cair dos 50,3% atuais para algo entre 15% e 30% após a privatização. A privatização se daria por meio da oferta subsequente de ações (follow on), que consiste na venda ao mercado de ações da empresa em poder do Estado.

Para isso, o governo se compromete a usar 30% dos recursos arrecadados com a venda de ações para aliviar a conta de água. "Parte do recurso fica reservado para garantir tarifas mais baixas", disse Tarcísio.

De acordo com a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado, Natália Resende, o governo ainda não definiu qual será a participação do Estado na empresa. O foco, disse ela, é diminuir o percentual para atrair investidores de referência para a companhia. "Não estamos falando de venda do total da empresa, mas, sim, de diluição", reforçou o governador, que antes de encaminhar o projeto à Alesp se reuniu com parlamentares da base aliada para explicar o modelo de privatização proposto.

O texto prevê que o governo tenha direitos de veto (golden share) em questões como a manutenção do nome da companhia, sede e objetivo social, por exemplo.

Pela proposta, também será criado o Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento do Estado de São Paulo (Fausp), destinado a prover recursos para ações de saneamento básico, principalmente as voltadas à modicidade tarifária. É para esse fundo, por exemplo, que iriam os 30% arrecadados com a venda das ações do Estado, bem como parte dos dividendos futuros. "Parte do recurso fica reservada para garantir tarifas mais baixas", assegurou o governador.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 19 de outubro.

Entenda os pontos do projeto de privatização da Sabesp, que oposição a Tarcísio tenta derrubar

Na noite da última terça-feira (17), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), oficializou seu objetivo de privatizar a Sabesp e enviou à Assembleia Legislativa um projeto de lei para autorizar a desestatização da empresa.

A proposta foi encaminhada em regime de urgência, como forma de garantir tramitação mais célere. No entanto, a oposição já estuda medidas para barrar o processo.

Com oito páginas e dez artigos, o PL (projeto de lei) precisará ser aprovado pela maioria dos 94 deputados estaduais de São Paulo para que Tarcísio consiga cumprir uma de suas principais promessas de campanha.

O governo de São Paulo diz que a desestatização da Sabesp permite aumentar os investimentos da companhia em modernização, antecipar a universalização do acesso a água e esgoto para 2029, incluir pessoas que hoje não pertencem à área de atendimento da companhia e, principalmente, baratear a tarifa para o consumidor.

O objetivo é abrir mão do controle da companhia, diluindo as ações até ficar com algo entre 15% e 30%. O percentual exato vai ser definido na atual fase de estudos.

O governo diz ter estudado vários modelos de desestatização, inclusive a venda total da empresa. A opção escolhida foi a de fazer uma oferta subsequente de ações (follow-on), mas mantendo maior controle sobre a Sabesp.

Tarcísio vem destacando que a privatização da Sabesp não implicará num aumento da tarifa —argumento que é contestado pela oposição.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 19 de outubro.

Pix vai tomar funções do cartão de crédito, diz presidente do BC

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta quarta-feira (18) que as inovações do Pix vão permitir que o instrumento exerça funções que, hoje, são do cartão de crédito.

Em evento de premiação da Band, o chefe do BC mencionou algumas atualizações pelas quais a tecnologia vai passar. "Temos novas adições ao Pix. Olhamos para uma parte internacional, para a parte dos pagamentos programáveis. Ele vai tomando uma função que, hoje, é do cartão de crédito, que é você poder fazer um fluxo de pagamentos ao longo do tempo", disse.

A declaração de Campos Neto vem num momento em que o BC conduz discussões para limitar as altas taxas de juros do rotativo do cartão de crédito, atualmente em 445,7% ao ano.

O Pix já oferece a opção de agendamento de acordo com o dia escolhido pelo pagador. Ainda não é possível, porém, escolher o horário para a transação —ela ocorre no início do dia escolhido.

O plano do BC é adicionar a função débito automático no Pix em 2024, da mesma forma como os bancos permitem pagamentos programáveis de contas recorrentes.

"O Pix é um pedaço de um plano muito maior, que inclui uma competição, uma digitalização e uma tokenização maior", disse o presidente do BC.

Campos Neto destacou o Open Finance, que permite a portabilidade de produtos financeiros em tempo real, e o Drex, moeda digital do BC, como os próximos passos da agenda da instituição. "A moeda digital também vai ajudar muito a negociação. Ela vai remover o custo transacional de contratos, registros, e vai interagir com o Pix em algum momento."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 19 de outubro.

Vendas no varejo do Brasil caem menos do que o esperado em agosto, indica IBGE

As vendas no varejo brasileiro recuaram em agosto, consolidando a visão de um desempenho mais fraco do setor em 2023 como um todo, ainda que a queda tenha vindo abaixo do esperado por economistas, mostraram dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados nesta quarta-feira (18).

O volume de vendas varejistas caiu 0,2% em agosto ante julho, contra avanço de 0,7% no mês anterior, saindo-se melhor do que a expectativa em pesquisa da Reuters de baixa de 0,70% na comparação mensal. Na comparação com o mesmo período de 2022, houve alta de 2,3% nas vendas, superando com força o avanço de 1,20% previsto pelos economistas consultados pela Reuters.

Cristiano Santos, gerente da pesquisa no IBGE, disse que os dados de agosto corroboram a visão de que "o ciclo do comércio (em 2023) como um todo é muito baixo; ora sobe e ora desce, mas é uma performance mais fraca que em anos anteriores".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 19 de outubro.

Após disparada, preço da carne pode fechar 2023 com maior queda desde início do Plano Real

Os preços das carnes no Brasil podem fechar o ano de 2023 com queda acumulada de mais de 10% no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), segundo economistas ouvidos pela Folha.

Uma redução anual desse tamanho é incomum na série histórica do índice, mas não compensaria totalmente a disparada da inflação que encareceu o churrasco no país nos últimos anos.

Até setembro de 2023, as carnes registraram deflação (queda) de 11,06% no acumulado de 12 meses do IPCA, conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Pelas projeções do banco Santander Brasil, a redução deve alcançar 11,35% no ano até dezembro. Já a LCA Consultores prevê deflação de 10,75% para o mesmo período.

Apesar da diferença dos números, as duas estimativas sinalizam que as carnes tendem a fechar 2023 com a maior queda no acumulado até dezembro desde o início do Plano Real. O real entrou em circulação em julho de 1994 como parte de um esforço para combater a hiperinflação no Brasil.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 19 de outubro.